

CartoGeo.org
(Dr. Gilberto Pessanha Ribeiro)
(www.aguasterritoriais.com)

AMPARO LEGAL PARA MAPEAMENTO DE ÁGUAS TERRITORIAIS

Desde 1953, há Leis e Decretos que regulamentam a Legislação, no sentido de tratar de águas territoriais, *royalties* de petróleo e gás natural, a saber:

- ☐ **Lei nº 2.004** de 03 de outubro de 1953 - Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.
- ☐ **Lei nº 3.257** de 02 de setembro de 1957 - Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953 (dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências).
- ☐ **Lei nº 7.453** de 27 de dezembro de 1985 - Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências"
- ☐ **Lei nº 7.525** de 22 de julho de 1986 - Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

- ☐ **Decreto nº 93.189** de 29 de agosto de 1986 - Regulamenta a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela PETROBRÁS e suas subsidiárias aos Estados e Municípios.
- ☐ **Lei nº 7.990** de 28 de dezembro de 1989 - Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.
- ☐ **Decreto nº 1** de 11 de janeiro de 1991 - Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
- ☐ **Lei nº 8.617** de 04 de janeiro de 1993 - Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.
- ☐ **Decreto nº 1.290** de 21 de outubro de 1994 - Estabelece os pontos apropriados para o traçado das Linhas de Base Retas ao longo da costa brasileira. (revogado pelo Decreto n. 4.983 de 10/02/2004)
- ☐ **Lei nº 9.478** de 06 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
- ☐ **Decreto nº 2.705** de 3 de agosto de 1998 - Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e

produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

- ☐ **Decreto nº 4.983** de 10 de fevereiro de 2004 - Estabelece os pontos apropriados para o traçado das Linhas de Base Retas ao longo da costa brasileira e dá outras providências. (revogado pelo Decreto n. 8.400 de 04/02/2015)
- ☐ **Decreto nº 8.400** de 04 de fevereiro de 2015 - Estabelece os pontos apropriados para o traçado da Linha de Base do Brasil ao longo da costa brasileira continental e insular e dá outras providências.

CartoGeo.org

(Dr. Gilberto Pessanha Ribeiro)

(www.aguasterritoriais.com)